

2 – Carta de São Leopoldo

São Leopoldo, 12 de dezembro de 1998.

OS NOVOS E DESAFIANTES PAPÉIS DOS COREDES-RS¹

Pela primeira vez, na história recente do Rio Grande do Sul, duas visões diferentes de mundo configuram e confrontam **dois projetos distintos de desenvolvimento do Estado**.

Contrariamente do que se poderia imaginar, o **confronto entre esses dois projetos distintos** não se encerrou com o mérito da campanha. A insistência na forma e no conteúdo da política de incentivos do governo que finda, encaminhando e aprovando projetos junto ao legislativo, são uma mostra de que a **disputa prolongar-se-á indefinidamente**. Diante dessa probabilidade, é interessante especular: como ela se desdobrará? Quais serão os espaços e os passos estratégicos de cada um dos grupos?

Ao se considerarem legítimos representantes do povo, com liberdade para atuarem e decidirem independente das demandas de seus eleitores, **o bloco de oposição atuará nos espaços da democracia representativa**. Isto quer dizer que a **Assembléia Legislativa será o espaço de uma oposição sistemática**. Além disso, os **veículos de comunicação social serão usados intensamente para formar uma opinião pública favorável ao seu projeto**.

De outra parte, ao se considerarem legítimos representantes dos movimentos sociais e de suas demandas, **o bloco de centro-esquerda agirá sintonizado com os movimentos**. Dessa forma, **a situação atuará nos espaços da democracia participativa**. Isto quer dizer que, **o local-regional será o espaço da situação**. Com isso, **deslocar-se-á o eixo da disputa em direção a uma participação social crescente no processo decisório de definição dos rumos do desenvolvimento para o Rio Grande do Sul**.

Em sendo assim, alguns desafios emergiram do embate e comporão a pauta dos COREDES-RS:

Primeiro, os COREDES-RS necessitarão de condições logísticas para agir neste múltiplos espaços. Providenciar **apoio e infra-estrutura logística** torna-se estratégico para a ação dos COREDES. Além de apoio infra-estrutural, serão necessárias e decisivas uma **assessoria de imprensa dinâmica**

¹ Esta parte inicial da Carta de São Leopoldo foi uma contribuição do Presidente do Fórum dos COREDES-RS Prof. Dinizar Fermiano Becker. A Carta teve por objetivo diagnosticar o momento político que vivenciava a comunidade gaúcha e, assim, servir de base para o processo de planejamento.

e eficaz e uma assessoria parlamentar eficiente. O desafio será ter os meios para exercer com competência esses novos papéis e funções.

Segundo grande desafio diz respeito a possibilidade provável de os **COREDES serem um dos principais palcos e espaços de disputa entre dois projetos.** O que significará uma participação crescente de segmentos e setores sociais que até agora não participavam ou participavam passivamente. Essas passagens de uma **participação passiva para uma participação ativa, animará a disputa e acirrará os ânimos e implicará numa dinâmica de trabalho, bem mais plural e difícil de ser coordenada.** Movimentos sociais e populares que até agora viam os COREDES com restrições, taxando-os de instituições governistas e a serviço da direita, procurarão participar ativamente das instâncias dos Conselhos.

Essa nova realidade, includente para uns, certamente não será excludente para outros, dado que os Conselhos transformar-se-ão no **principal fórum de discussão e decisão regional,** dando, assim, uma nova dimensão social aos COREDES, com o que os Conselhos consolidar-se-ão definitivamente. O desafio será **administrar com sabedoria a pluralidade, a diversidade, as diferenças tendo em vista a construção de parcerias através da articulação dos agentes regionais de desenvolvimento.**

Terceiro grande desafio tem a ver com a dimensão e a complexidade da nova realidade. Segundo o Governador eleito Olívio Dutra, a Administração Popular colocará em discussão 100% das receitas e das despesas do Estado. Isso implicará em todo **processo de ensino aprendizagem de um conhecimento técnico complexo que exigirá todo um modelo didático-pedagógico.** Além disso, estará em discussão o Plurianual e a LDO. Sem **metodologia,** a discussão será infrutífera e desmobilizadora dos agentes. **O desafio está na construção, em parceria, desse ferramental todo durante e ao longo do processo decisório.**

Quarto desafio é fazer a **passagem da democracia representativa, como única e legítima forma de representação da cidadania, para uma participação social crescente na forma direta e dinâmica de uma democracia participante.** O que significará, passar de um simples processo de escolha entre alternativas que são colocadas por alhures para um complexo processo decisório de definição dos rumos do desenvolvimento de cada uma das regiões gaúchas pelos agentes sociais, políticos e econômicos dessas regiões. Em outro termos, o desafio está em **transformar os agentes regionais em sujeito de seu próprio desenvolvimento.**

Quinto, **é preciso agora mais do que nunca decidir o que a região quer.** Trata-se, pois, de se **pensar o desenvolvimento, estrategicamente.** E decidir qual desenvolvimento queremos para a nossa região. Antes, muito antes do orçamento, vem o planejamento do que queremos, vem o plano estratégico de

desenvolvimento da região. O desafio encontra-se na necessidade de cada COREDE ter seu **plano estratégico**. E, assim, passar a **decidir e a construir seu próprio modelo de desenvolvimento**.

Sexto desafio é o relativo **desconhecimento da Frente Popular da história dos Conselhos**. Muitas serão as opiniões e os palpites até que se produza um novo senso comum a respeito do que seja essa nova realidade dos COREDES. Uma das principais críticas referem-se a participação popular. No entendimento de algumas lideranças da Frente Popular, o grande pecado dos Conselhos é a escassa participação popular. Mal sabem eles que, qualquer cidadão residente na região de abrangência do Conselho pode ser membro de sua Assembléia, basta habilitar-se para tanto. O mesmo acontece com as entidades e instituições regionais. Estas têm assento nas diversas instâncias dos Conselhos asseguradas pela Lei e pelo Estatuto de cada Conselho. Basta estarem motivadas para isto. O desafio é sensibilizar a Frente Popular de que o problema da “pouca” participação popular devia-se a fatores desmobilizatórios, e não a problemas formais ou de instrumentalização dos conselhos por essa ou aquela instituição.

Sétimo desafio é **ser parceiro na democratização do Estado**. O que significará **agir decisivamente e favoravelmente no processo de descentralização e de regionalização do desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. Em outros termos, é ser espaço da construção da articulação estratégica dos interesses regionais em torno de um projeto próprio e específico de desenvolvimento da região. Isto significa, regionalizar o conjunto dos agentes sociais, políticos e econômicos, sejam eles públicos ou privados. O desafio concentra-se na regionalização político-administrativo do Estado tendo por base as áreas de abrangência dos COREDES-RS.

Oitavo grande desafio é ser sujeito da **configuração e criação do CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO**. Nos últimos pronunciamentos do Governador eleito transparece sua intenção de formalizar o conselho estadual. Precisamos ter uma estratégia para participar ativamente e decididamente dessa gestação.

Nono desafio, e talvez o mais significativo de todos os desafios, diz respeito a possibilidade tendencial de os COREDES transformarem-se de **espaço de articulação e decisão dos agentes regionais em esfera de poder regional**. Juntamente com a implantação do orçamento participativo estadual, ocorrerá toda uma descentralização e regionalização das ações do Estado. Muito possivelmente haverá uma crescente participação dos COREDES na coordenação e execução dessas ações. O que com o tempo poderá ganhar fórum de uma esfera regional de poder.

Décimo desafio diz respeito a necessidade e possibilidade estratégica que se abre com o novo período para a consolidação dos COREDES-RS. Nesta nova fase, **o desafio estará na capacidade dos Conselhos de**

combinar uma participação social e regional crescente com uma representação política transparente.

AVALIAÇÃO DO PERÍODO QUE FINDA – 31.12.98

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS

Grupo 1 (Missões, Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial, Norte, Campanha, Nordeste)

Relator: Frizzo

Grupo 2 (Consinos, Litoral, Sul, Centro-Sul, Nordeste, Missões, Fronteira Oeste)

Relator: Pedro

Grupo 3 (Metropolitano Delta do Jacuí, Centro Sul, Alto Jacuí, Vale do Rio Caí e Alto Uruguai)

Relator: Léo

Grupo 4 (Serra, Norte, Metropolitano Delta do Jacuí, Médio Alto Uruguai e Fronteira Oeste)

Relator: Perin

Grupo 5 (Produção, Litoral, Alto do Jacuí, Vale do Taquari)

Relator: Kid

ASPECTOS POSITIVOS (SISTEMATIZAÇÃO)

- 1. Desenvolvimento de articulações e parcerias com o Executivo, Legislativo, FAMURS, AGM, IES, entre outros;**
- 2. Postura autônoma do Fórum dos COREDEs e consolidação destes, fundamentada na Carta de Caxias; Declaração de Princípios e Diretrizes Estratégicas;**
3. Apoio operacional, técnico e financeiro dado aos COREDEs;
4. Consulta Popular;
- 5. Elaboração de Plano Estratégicos;**
- 6. Intensificação dos debates e da participação popular nas definições das prioridades regionais;**
- 7. Atuação efetiva e institucionalização do Fórum dos COREDEs;**
- 8. Elaboração das estratégias do PRÓ-RS;**

9. **Aumento da participação dos conselheiros** em alguns COREDES;
10. Criação e ampliação de **Pólos de Modernização Tecnológica**;
11. Participação dos COREDES na gestão comunitária dos pedágios das rodovias RS 135, RS 239 e RS 240/RS 122.

ASPECTOS NEGATIVOS (SISTEMATIZAÇÃO)

1. Centralização na formulação das políticas públicas e falta de reconhecimento por parte do Governo em relação às ações dos COREDES;
2. Execução orçamentária do Governo em desacordo com as prioridades regionais e quando de acordo, **não reconhece a parceria dos COREDES**;
3. Extemporaneidade e exigüidade de tempo para a realização Consulta Popular;
4. **Falta de estrutura dos COREDES** dificultando presença capilar na sociedade;
5. **Descrédito e baixa participação das comunidades e setores populares regionais em alguns COREDES**;
6. **Pouco conhecimento dos objetivos e princípios dos COREDES por parte do público regional**;
7. **Pequena articulação dos COREDES em algumas regiões**;
8. **Inexistência de planejamento estratégico** do desenvolvimento regional em alguns COREDES;
9. Ocorrência de indução de propostas na Consulta Popular em alguns COREDES;
10. **Ingerência de interesses pessoais e político-partidários**, nas ações em alguns COREDES;
11. Dificuldade de informações e acesso ao Governo e classe política;
12. Implantação de Pólos de Concessão Rodoviários sem levar em conta a experiência dos Pólos Comunitários;
13. Falta de discussão das leis estaduais no âmbito dos COREDES;
14. Falta de espaço de participação dos COREDES no gerenciamento e fiscalização da ação do Estado;
15. Falta de sintonia entre o discurso do Governador e de alguns Secretários de Estado no atendimento aos Conselhos;
16. Diferença no tratamento aos COREDES por parte das Secretarias de Estado.

POSSIBILIDADE (SISTEMATIZAÇÃO)

1. Ampliação, valorização e consolidação da atuação dos COREDES na gestão estadual;
2. Expectativa de cooperação com a próxima administração Estadual e fortalecimento das parcerias com agentes de desenvolvimento econômico e social;
- 3. Ampliação da participação popular, fortalecendo a cidadania;**
4. Viabilização de seminários, banco de projetos e planos estratégicos;
5. Discussão de 100% do Orçamento do Estado e decisão a respeito dos investimentos;
6. Atendimento, na íntegra, por parte do Governo, dos projetos priorizados através da consulta popular para o orçamento do Estado de 1999;
- 7. Incentivo aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento** ou similares, como forma de organização da sociedade local, qualificando a participação regional;
8. Espaço para os COREDES acompanharem a arrecadação do ICMS, junto a Secretaria da Fazenda;
9. Priorização das causas regionais e estaduais;
10. Crescente interesse nacional e internacional pela experiência dos COREDES;
11. Representação dos COREDES nos Conselhos Estaduais;
12. Viabilização das Estratégias constantes do PRÓ-RS;
13. Abraçar causas regionais e do Estado;
14. Oportunidade de participação na formulação de políticas públicas, especialmente das relacionadas com o desenvolvimento regional;
15. Descentralização do orçamento da União.

DIFICULDADES (SISTEMATIZAÇÃO)

1. Desconhecimento das ações dos COREDES por parte do Governo do Estado e vice-versa;
2. Falta de infra-estrutura dos COREDES;
3. Complexidade de participar no orçamento, no gerenciamento do Estado, sua fiscalização e na discussão da legislação, incorporando novos participantes, sem por em risco a identidade dos COREDES;
4. Tensão entre o “municipal” e o “regional” e o bairrismo entre municípios e entre regiões;

5. Falta de compreensão do “regional”;
6. Risco de os COREDES serem utilizados como instrumentos de disputa político-partidária;
7. Risco de frustração devido a eventuais descompassos entre expectativas e resultados.

OPORTUNIDADES QUE SE ABRIRÃO (SISTEMATIZAÇÃO)

1. Buscar a articulação dos **planos estratégicos de desenvolvimento** com as políticas públicas estaduais;
2. Atender as efetivas aspirações da população, valorizando os COREDES;
3. Ampliar o conhecimento da população em relação à realidade do Estado;
4. **Discutir as políticas públicas na sua totalidade;**
5. Consolidar os COREDES perante o quadro institucional do Estado;
6. Descentralização do desenvolvimento através de programas regionais de geração de emprego e renda, visando reduzir os desequilíbrios regionais e desigualdades sociais respeitando as características regionais;
7. Valorização da micro, pequena e média empresa;
8. Perspectiva da regionalização da estrutura administrativa do Estado com a dos COREDES.

DESAFIOS A SEREM SUPERADOS (SISTEMATIZAÇÃO)

1. Elaborar e implementar planos estratégicos regionais, de forma participativa e solidária;
2. Administrar os interferências dos agentes políticos nos COREDES, garantindo sua pluralidade;
3. Readequar a estrutura dos Conselhos para atender o universo de atribuições demandas;
4. Fortalecer os COREDES quanto a natureza e papel;
5. Articular a democracia participativa e representativa;
6. Promover o desenvolvimento via geração de emprego e renda;
7. Defender uma política fiscal tributária, que amplie a participação dos municípios, cumpra o requisito de justiça social, pela progressividade dos tributos e pelo caráter compensatório entre regiões ricas e pobres;
8. Divulgação ampla dos objetivos, princípios e ações dos COREDES.